

ECONOMIA

— Brasil

Agricultores protestam hoje em Brasília

O setor continua insatisfeito. Página 13.

Credores prevêem dificuldades na renegociação de nossa dívida

Veja a reação dos bancos à queda de Bracher na página 11

Juros chegam a 740% ao ano. E ainda sobem.

A taxa dos CDBs voltaram a subir. Página 12.

E Sarney diz que tudo ficará bem

Para ele, a inflação deste ano será de 70% e a economia voltará à normalidade em quatro meses.

A inflação deste ano não irá passar dos 70% e, dentro de quatro meses, a economia brasileira estará reajustada. Foi o que garantiu o presidente Sarney aos governadores, senadores e deputados do Centro-Oeste, que lhe foram levar as reivindicações de uma frente formada para defender os interesses da região. A bancada do PMDB, recebida ontem fora de agenda, o presidente da República assegurou que não haverá recessão no País e que o Brasil não cederá um passo da soberania nacional, no processo de renegociação com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Segundo informaram os governadores do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, e do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, que participaram da audiência de Sarney com os representantes da frente do Centro-Oeste, dentro de quatro meses, de acordo com a expectativa do presidente, a economia brasileira, voltará ao seu leito de normalidade, permitindo o progresso social e econômico, sem recessão. O presidente, segundo os dois governadores, não revelou o que fará para conseguir uma inflação de 70% no final do ano, mas reafirmou que manterá o controle da economia e a definição da política econômica ditada no ano passado.

O presidente falou aos governadores sobre a alta taxa de inflação, reconheceu que os níveis de janeiro e fevereiro estão altos, mas ainda assim espera um declínio desse quadro. Sem que ninguém lhe perguntasse, o presidente Sarney começou a falar sobre problemas econômicos do País e, segundo Marcelo Miranda, afirmou que os ganhos do setor social, durante o período do Plano Cruzado, são permanentes. A equipe econômica e financeira do governo, está procurando resolver os problemas e, com o realinhamento, o quadro voltará à normalidade, com uma composição proporcional de preços e salários, isto é, o ganho salarial permanece na medida em que as indústrias tiverem condições de

produzir e o trabalhador de comprar, de acordo com a explicação do governador do Mato Grosso do Sul.

A experiência do Plano Cruzado foi vitoriosa, disse o presidente Sarney, sem que nenhum governador provocasse o assunto. Mas José Aparecido de Oliveira não acha que o presidente aproveitou a ocasião para responder, indiretamente, às críticas feitas pelo ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, no programa "Bom Dia Brasil", apresentado terça-feira. "Não sei nem se o presidente lembrou das declarações do ministro. Não existe esta relação causal", afirmou.

O presidente Sarney não acha que está vivendo os piores momentos de seu governo. "Já tive dificuldades muito maiores do que as que estou tendo agora", disse ele durante uma conversa em reunião social de terça-feira, onde também afirmou que 70% de inflação anual é um número compatível como que o País pode conviver, mantendo seu processo de desenvolvimento econômico e social.

Bancada paulista

Os 22 deputados da bancada que foram recebidos fora de agenda pelo presidente deveriam entregar-lhe um documento preparado por José Serra, Fernando Gasparian e Tidei de Lima, exigindo a adoção de medidas energéticas para forçar a queda dos juros. Não o entregaram, porém, porque o governo deu um sinal positivo, com a demissão do presidente do Banco Central, Fernão Bracher.

No entanto, o presidente Sarney não atribuiu a demissão aos juros altos, explicando que Bracher já havia pedido a sua exoneração antes de a crise agravar-se. O senador Fernando Henrique Cardoso, que acompanhou os parlamentares na audiência, observou que o fundamental não é a mudança no time da economia, mas nas regras do jogo. A bancada, conforme informou o deputado Roberto Rolleberg, hipoteca toda solidariedade e apoio às posições energéticas que venham a ser tomadas nas questões dos juros e da dívida externa.

Fernando Gasparian, por sua vez, é favorável ao tabelamento dos juros, por entender que qualquer outra medida será incapaz de forçar a sua baixa. Com ele, porém, não concordou o senador José Richa, do PMDB paranaense, recebido logo após os paulistas.

Segundo Richa, o tabelamento terá desdobramentos imprevisíveis para a economia, como por exemplo estatização de alguns bancos privados. "Será isso o que o

governo quer?", indagou Richa.

Gasparian disse ainda que os deputados foram informados de que o governo deseja agir rapidamente, mas não antecipou a metodologia para isso. O porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, admitiu que a equipe econômica encontra dificuldades e lembrou que o próprio presidente, em seus pronunciamentos públicos, não esconde o quadro da economia brasileira. "O primeiro a reconhecer dificuldades é o governo, que também é o primeiro a se empenhar em resolvê-las, porque vê alternativas."

